



AMÉRICA DO SUL

Venezuela começa a moldar o seu futuro

Negociações para impulsionar a transição política rumo à era pós-chavismo, sob mediação do governo dos Estados Unidos, começam com esperança, mas também preocupação. Especialistas de Caracas avaliam as chances de sucesso do diálogo

» RODRIGO CRAVEIRO

Pela primeira vez, autoridades do governo da presidente encarregada da Venezuela, Delcy Rodríguez, e lideranças da oposição iniciaram um diálogo mediado pelos Estados Unidos. A negociação de uma transição política começou, ontem, com o desfalque importante de María Corina Machado, principal adversária do regime chavista e laureada com o Prêmio Nobel da Paz. Nos últimos dias, manifestantes saíram às ruas de Caracas para exigir “eleições já”, em um claro desafio ao Palácio de Miraflores.

Na sexta-feira, Alejandro Fleming, ex-ministro de Turismo da Venezuela e ex-embaixador na União Europeia, afirmou que a participação de María Corina seria “fundamental”. “O que for decidido vai contribuir para a redemocratização da Venezuela”, aposta.

Fundador e ex-diretor do Centro de Estudos Políticos da Universidad Católica de Caracas, Benigno Alarcón avalia que as negociações entre oposição e governo começam em um clima que oscila entre o otimismo e ceticismo. “Esse é o 18º processo de diálogo, e todos sabemos que as negociações anteriores não deram nenhum resultado positivo. Por isso, o ceticismo é mais do que justificado. Por outro lado, há algumas razões para sermos otimistas”, admitiu ao **Correio**.

Alarcón ressaltou que a atual conjuntura é muito diferente das anteriores. Segundo ele, jamais ocorreu uma negociação condicionada por um país estrangeiro, que tem a capacidade de sujeitar decisões tomadas na mesa e tentar obrigar as partes a cumprirem com o que acordam.

“O que podemos esperar dependerá da atitude a ser tomada pelos EUA durante a mediação. Se os Estados Unidos deixaram que as negociações sigam em frente como mais um processo entre os venezuelanos, à semelhança dos 17 anteriores, então o diálogo não terá resultado. Agora, se houver uma intervenção ativa dos americanos, veremos algo diferente. Nesse caso, poderemos ver acordos que serão obrigados de se cumprir”, comentou o professor da Universidad Católica de Caracas.

Em resumo, ele entende que, se os EUA assumirem apenas uma postura facilitadora, sem intervir, a negociação fracassará; “se condicionarem o processo e utilizarem suas alavancas de poder

Federico Parra/AFP



Sindicalista envolto na bandeira da Venezuela assina outra bandeira, durante protesto pelas eleições, na última terça-feira, em Caracas

Eu acho...

Arquivo pessoal



“O país espera que o governo dos Estados Unidos apoie a transição para a democracia e respeite nossa soberania. Um governo eleito pelo povo terá a legitimidade para reestruturar o país e manter relações amistosas e de cooperação com os EUA. Até o momento, não vejo o governo americano como um obstáculo à restauração da nossa democracia.”

Rodrigo Cabezas, economista, ex-ministro das Finanças da Venezuela (2007), dissidente e membro da esquerda democrática

Arquivo pessoal



“Washington detém a capacidade real de impor condições, gerir incentivos e determinar o ritmo da transição. Isso pode favorecer a democratização se seu poder for usado para desmantelar a repressão e garantir eleições. Mas pode ser dificultado se a estabilidade, o petróleo, a segurança regional ou os interesses estratégicos dos EUA prevalecerem sobre a soberania popular.”

José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (em Caracas)

Arquivo pessoal



“Até o momento, priorizou-se um processo de normalização das relações econômicas com os Estados Unidos em detrimento da democratização. É aqui que começamos a nos preocupar. O momento certo para enfrentar a democratização dependerá, em grande medida, de os EUA manterem ou controlarem certas alavancas, como a pressão militar e a econômica.”

Benigno Alarcón, fundador e ex-diretor do Centro de Estudos Políticos da Universidad Católica de Caracas

Maduro levou ao enfraquecimento da ditadura, facilitando a libertação de presos políticos, a suspensão da perseguição e o sequestro de lideranças. “No entanto, a ditadura mantém-se no poder, por meio da fraude eleitoral de 28 de julho de 2024. Apesar disso, a liderança de María Corina Machado é forte e tem o apoio das maiorias populares que desejam a mudança.”

Progressos Limitados

José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (em Caracas), lamenta o fato de os atores venezuelanos não terem capacidades iguais nem definirem livremente a agenda de diálogo. “É mais como uma mesa para acordos visando implementar um roteiro estabelecido pelos EUA, que detêm um poder coercitivo decisivo”, disse ao **Correio**.

O estudioso espera progressos concretos, ainda que limitados, como a libertação de presos políticos, o fim da perseguição a opositores, a restauração dos direitos políticos e o estabelecimento das garantias eleitorais. “O risco é o de que Delcy Rodríguez e seu irmão, Jorge Rodríguez (presidente da Assembleia Nacional), tentam atrasar o processo, exigindo o levantamento de sanções ou a liberação de recursos. Essas decisões não dependem das forças democráticas, mas exclusivamente de Washington.”

Ainda segundo Aumaitre, a remoção de Maduro do poder eliminou o centro de autoridade do regime e abriu brecha para que a oposição se fortaleça na luta pela recuperação da democracia. “A questão é que a estrutura chavista continua controlando as instituições, os corpos de segurança e boa parte da administração pública”, observou. Ele entende que a oportunidade para as forças democráticas deve-se ao fato de a estrutura agora depender da tutela e das decisões dos EUA. “A oposição poderá se fortalecer se mantiver a coesão, se preservar a legitimidade popular e se conseguir converter a pressão americana em resultados institucionais concretos. Porém, sua margem de autonomia é reduzida: ela não controla as armas, os recursos nem o ritmo do processo.”

Aumaitre reconhece o perigo de a Venezuela passar de um regime autoritário interno a uma transição excessivamente tutelada desde o exterior. “Os EUA não deveriam substituir a vontade política dos venezuelanos nem converterem-se na fonte definitiva da legitimidade.”

IMIGRAÇÃO

UE discute resposta comum à crise

Em unanimidade, representantes dos Estados-membros da União Europeia e especialistas da agência de fronteiras Frontex decidiram que o bloco se reunirá, extraordinariamente, na terça-feira. A cúpula de ministros do Interior vai discutir uma resposta comum à crise migratória desencadeada pela entrada de mais de 50 mil pessoas no enclave espanhol de Ceuta, no norte da África. Madri confirmou a morte de pelo menos 67 indivíduos que tentaram fazer a travessia para a cidade autônoma.

A chegada em massa dos imigrantes a Ceuta provocou uma crise humanitária e política sem precedentes recentes. Autoridades espanholas afirmam que a maioria das pessoas que atravessaram a fronteira retornou ao território

marroquino, enquanto o governo reforçou os controles terrestres e marítimos para impedir novas entradas irregulares. Ontem, a polícia começou a instalar uma barreira flutuante de 500 metros na fronteira com Marrocos.

Em carta enviada à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e ao presidente do Conselho Europeu, António Costa, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, criticou a postura de governos europeus, acusando-os de responder à crise com atitudes “egoístas”, “polarizadoras” e “incompatíveis com o espírito de solidariedade do bloco”. Segundo o jornal britânico *The Guardian*, o premiê afirmou que alguns parceiros optaram por explorar politicamente a situação em vez de colaborar com uma solução conjunta.

Abdel Majid BZIOUAT/AFP



Barreira flutuante instalada na fronteira marítima entre o enclave espanhol de Ceuta e o Marrocos

Divisão

O episódio expôs divisões entre os países da União Europeia. Enquanto França, Irlanda e a Comissão Europeia manifestaram apoio à Espanha, integrantes de governos mais alinhados ao endurecimento das políticas migratórias criticaram Madri. A Itália chegou a defender medidas excepcionais em relação ao controle de fronteiras, ampliando o debate sobre o funcionamento do Espaço Schengen. Ontem, Von der Leyen declarou que o bloco apoiou a Espanha “desde o primeiro momento” da crise e ressaltou que praticamente nenhum dos migrantes que chegaram a Ceuta alcançou o território continental europeu.

O governo espanhol atribui o fluxo migratório à atuação de redes de

tráfico de pessoas e afirma que conseguiu restabelecer o controle da fronteira em menos de 48 horas. Além da mobilização das forças de segurança, o país instalou uma barreira flutuante no litoral de Ceuta para tentar impedir novas travessias pelo mar.

Citado pelo *The Guardian*, Juan Jesús Vivas, presidente de Ceuta, afirmou ontem que, embora muitas pessoas tivessem retornado a Marrocos, nem todos os que haviam entrado na cidade haviam saído. “Ainda não voltamos à normalidade porque há milhares de pessoas que precisam retornar, e persiste um clima de inquietação e preocupação”, afirmou. Ele também pediu que “todas as medidas de segurança implementadas” no enclave espanhol permaneçam em vigor para garantir a segurança da população.